

Dely

Inicialmente eu gostaria de agradecer a esta Comissão, a permissão para escrever e ler este depoimento, o que certamente me dá a oportunidade de me dirigir aos Srs. de forma mais ordenada, diante de uma situação com tamanha complexidade de questões.

HISTÓRICO

Formação Acadêmica:

Sou médica, formada pela UERJ em 1972 (como C.V. anexo), e com pós-graduação em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela UFRJ em 1980 (Mestrado) e 1985 (Doutorado).

Quanto à minha formação e carreira científicas, esclareço que sou essencialmente "cria" da FIOCRUZ, onde ingressei como estagiária do INERU, ainda estudante de medicina. Fui contratada em março de 1973, exatamente 1 mês depois de minha graduação na Faculdade de Medicina. Foi meu primeiro e único emprego na vida. Aqui, sempre trabalhei como pesquisadora e me aposentei em janeiro de 1995 com mais de 25 anos de serviços prestados exclusivamente à esta Instituição.

Simultaneamente, nesta ocasião, fui convidada pela Instituição a ficar a frente do meu Laboratório e do Departamento de Helmintologia com um DAS. Só aceitei porque apesar de já ter traçado outros planos para minha vida profissional, por obra do destino ou seja lá do que for, o meu projeto científico tinha tomado um rumo novo, forte, até certo ponto inesperado (embora perseguido por vinte anos) e eu sabia que era preciso continuar: produzindo o antígeno e executando os testes necessários para levar a bom termo as negociações com a empresa australiana e a Organização Mundial de Saúde (OMS), que elegeu o rSm14 como um dos 6 antígenos prioritários no mundo com vistas à obtenção de uma vacina contra a esquistossomose.

Eu jamais poderia dizer para a Instituição e para mim mesma que eu estava parando ou mudando de rumo. Para atender aos interesses acadêmicos e/ou científicos de concluir a orientação das teses ainda em andamento no meu Laboratório, eu não precisava desta posição. Bastava o meu vínculo com o CNPq ou outro tipo de acordo que me permitisse trabalhar mesmo sem remuneração ou compromisso formal.

Para ser clara, isto significa pedir para trabalhar sem remuneração, só por apego ao trabalho. Parece coisa de louco e talvez seja, mas reflete o perfil, os sentimentos e as ações de uma cientista empolgada, anticonvencional e meio rebelde que eu sempre fui.

Disto não me arrependo nem me sinto de forma alguma na obrigação de explicar ou justificar. Talvez isto seja porque "sou aquariana" mas o fato é que se eu não agisse

assim a minha vida inteira, não teria feito o que fiz. Desculpem a interferência astrológica que de forma alguma reflete qualquer desrespeito com esta Instituição ou com esta Comissão. É talvez para amenizar os meus sentimentos de revolta e indignação pelo que estou passando, principalmente hoje, 28/08/95, o "day after" aquele em que me defrontei com uma no mínimo desagradável matéria publicada ontem (27/07/95) no "Jornal do Brasil" pelo Sr. Israel Tabak, contendo acusação, julgamento sumário.

Aliás, este mesmo jornalista, uma semana antes havia me procurado, dizendo-se ciente de informações e denúncias da Instituição contra mim e Claudio Ribeiro e me pedindo para falar, o que não fiz, como ele diz na matéria. E, não o fiz por que a Instituição não havia ainda, naquela ocasião me dado ciência de nada.

As questões específicas mencionadas nos parágrafos anteriores acima, serão abordadas de forma mais objetiva no texto que se segue.

Assim como tive um único emprego na vida, tive também um único projeto de trabalho e pesquisa, integralmente direcionado para o estudo de antígenos protetores do *Schistosoma mansoni*, com vistas ao desenvolvimento de uma vacina contra a esquistossomose.

Do ponto de vista científico e experimental, que é o contexto dos trabalhos realizados dentro de um Laboratório de pesquisas da FIOCRUZ, cheguei ao ponto mais avançado e bem sucedido possível, através do isolamento do antígeno recombinante rSm14, que conforme atestam os documentos em anexo, é hoje um dos 6 antígenos prioritários selecionados pela OMS e que está inserido no Programa Formal da OMS para a obtenção de uma vacina contra esquistossomose. O objetivo desta etapa é a seleção de um ou dois candidatos à vacina para passarem a estudos de Fase I e II.

Em paralelo, no ano de 1993, a partir da homologia do antígeno rSm14 com um componente de outro trematódeo, a *Fasciola hepatica*, evidenciamos a acentuada atividade vacinante de rSm14 contra esta helmintose, que, ao contrário da esquistossomose, que é importante endemia humana, é de grande relevância para a veterinária.

A Fasciolose é doença endêmica do gado ovino, bovino e caprino em extensas regiões do mundo, sendo responsável por significativas perdas econômicas para vários países. Estes resultados preliminares foram apresentados no IV Simpósio Internacional de Esquistossomose, o qual presidi e que foi organizado pela FIOCRUZ em dezembro de 93, e serão publicados no PNAS de acordo com o documento em anexo. Com relação a este evento, que é Institucional, vale lembrar que me coube também a tarefa de criar e organizar o primeiro, em 1987, que reverteu em importantes dividendos para a Instituição, como atestam os documentos em anexo.

A partir deste primeiro evento, que permitiu a divulgação da magnitude e competência do grupo diversificado de cientistas trabalhando em Esquistossomose no Brasil e, particularmente na FIOCRUZ, a OMS credenciou quatro Centros Colaboradores para Controle e Pesquisa da Esquistossomose em uma mesma Instituição, a FIOCRUZ. A

mim, coube a coordenação do Centro Colaborador da OMS para Pesquisa e Controle da Esquistossomose, do Instituto Oswaldo Cruz, que inclui também os pesquisadores da ENSP. Esta atividade continua sob minha coordenação.

Em paralelo, organizei a Reunião de Pesquisadores em Esquistossomose da FIOCRUZ, em 1988, para a criação, pelo então Presidente Dr. Sérgio Arouca e Vice-Presidente de Pesquisa Dr. Carlos Morel, do Programa Integrado de Esquistossomose da FIOCRUZ, presidido pelo Dr. Naftale Katz, que vem se mostrando altamente produtivo e servindo de exemplo e modelo para outros projetos da FIOCRUZ. Conseguimos que o Simpósio Internacional de Esquistossomose ganhasse o "status" de Institucional e rotativo entre os Centros Regionais já então caracterizados como Centros Colaboradores da OMS.

Em 1993 seria a vez do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz organizar o IV Simpósio, já que após o 1o. no Rio (IOC), o 2o. foi em Belo Horizonte (Centro de Pesquisa René Rachou) e o 3o. em Recife (Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães), presidido pelo saudoso Dr. Amaury Coutinho.

Por impossibilidade do coordenador do Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz (Dr. Zilton Andrade) em realizar o evento que é bianual, me vi "compelida" por todo o grupo a acolher e organizar o IV Simpósio, em apenas 9 meses. Foi com um enorme sacrifício e com a garra de sentir que "filho" não se larga ao léu, que consegui, essencialmente com o pessoal e estudantes do meu Laboratório e apoio de alguns dos outros Centros Colaboradores, é obviamente o suporte da FIOCRUZ fazer o IV Simpósio acontecer, no Rio de Janeiro, de 29 de Novembro à 3 de Dezembro de 1993.

O Prof. G. Mitchell, parasitologista de reconhecida competência e destaque, aceitou nosso convite e aqui estava quando apresentei os resultados de vacinação com rSm14 contra a Esquistossomose e a Fasciolose. O seu interesse e concernimento pelos dados e seu potencial foram tão veementes a ponto de insistir em conversar com a Presidência da FIOCRUZ ainda durante o Simpósio. Isto foi feito no meio do Congresso, que eu presidia, e viemos então, o Dr. Naftale Katz, o Dr. Andrew Simpson e eu para uma reunião extraordinária com todos os membros da Presidência, incluindo a Assessoria Jurídica, que estavam disponíveis no dia.

O Dr. Mitchell, atual Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa australiana CSL, manifestou claro e enfaticamente o seu interesse científico e o interesse da CSL em estabelecer com a FIOCRUZ um acordo de cooperação para o desenvolvimento e produção da vacina contra Fasciolose que, na dependência segundo ele do grau de proteção industrial (patentes), bem como dos resultados dos testes piloto em gado, poderia representar um produto de valor avaliado por ele na ocasião em "bilhões de dólares". A Presidência da FIOCRUZ acolheu a opinião do Prof. Mitchell e contratou um escritório de advocacia para as providências necessárias referentes a(s) patente(s). Na ocasião fui muito cumprimentada por todos pelo que estava ocorrendo. Foi um momento de entusiasmo e confraternização para todos os presentes na Presidência, entusiasmados não só com o fato científico mas igualmente com o potencial desdobramento que pode representar um significativo retorno para a Instituição do ponto de vista científico e financeiro.

No final do estafante Congresso (só quem organizou um evento internacional daquele porte, em tempo absurdamente curto poderia avaliar) saí do Hotel carioca que o sediou (e onde fiquei "internada" uma semana) diretamente para minha casa, com uma Assessora Jurídica do escritório Behring, contratado pela FIOCRUZ, onde trabalhei, varando as madrugadas para a redação urgente da patente necessária.

O relato acima, que certamente não está incorporado no meu C.V. anexo, reflete em parte a minha conduta e o meu esforço e, mais do que isto, os resultados alcançados.

Não precisaria nem de tantas palavras para demonstrar não só que trabalhei, sempre muito mais do que o requerido, mas que o meu trabalho logrou alcançar resultados que representam um retorno concreto para a Instituição para qual venho dando a minha vida. A função pública sempre representou para mim um sacrifício financeiro pessoal, com retribuição de serviços qualitativamente superiores à média. Reforço mais uma vez que não estou me queixando ou justificando, mas estou certa e espaldada nos documentos anexos de que tenho serviços prestados, continuamente, à esta Instituição, como cientista, atuando da forma mais correta, produtiva e bem sucedida.

Eu mereço respeito da Instituição! Jamais usei minha função ou o meu cargo para promoção pessoal, vantagens políticas ou financeiras.

Ao contrário, sempre renunciei aos meus interesses pessoais em benefício da Instituição.

Da Prophylaxis:

Há cerca de quatro anos atrás, no curso das minhas atividades científicas relatadas acima, numa área de atuação que hoje já tem até uma designação própria, de "Vacinologia", comecei a refletir sobre todas as questões e exigências para o desenvolvimento de uma vacina nova (contra esquistossomose p.ex.) em contraste com tudo o que eu conhecia sobre as vacinas em uso corrente nas populações humanas, há décadas, com benefícios extraordinários. O paradoxo entre a metodologia antiga e quase rudimentar empregada para o desenvolvimento das vacinas humanas feitas no passado e em uso à nível mundial e a sofisticação das metodologias modernas (DNA recombinante, p.ex.), consideradas quase que como requisitos obrigatórios para as vacinas em estudo na atualidade, são certamente questões para reflexão e talvez sirvam só para a história, no futuro.

Houve um "silêncio" de quase três décadas para que uma vacina moderna e nova fosse desenvolvida. Durante longos anos, inúmeros laboratórios no mundo todo, apesar do acelerado avanço tecnológico dos últimos anos, não foram capazes de desenvolver produtos eficientes para uso e benefício das populações, à merce de tantas doenças infecciosas ainda não preveníveis por vacinação.

Parece coisa de ficção e muitas vezes diante de frustrações por perseguir um objetivo tido muitas vezes como fantasioso, utópico, arrogante e sei lá mais o que, me perguntei se no futuro (próximo espero) os cientistas dos últimos 20 anos seriam conhecidos pela história das vacinas como "grandes incompetentes". Embora médica, eu estava bem distante da prática da medicina e daquelas que eu passei a chamar de "as vacinas de verdade", querendo assim designar as que estão em uso. Passei a defender teses, algumas apoiadas por colegas de grande competência, de que o desenvolvimento de uma vacina não estava somente ou essencialmente ligado às questões moleculares dos antígenos em si.

A eficácia de uma vacina, na verdade, só é conhecida a partir do seu emprego e da avaliação de seu impacto na dinâmica de transmissão de uma determinada doença em uma dada população. Os componentes epidemiológicos, para mim familiares, estavam muito distantes das considerações da maioria dos cientistas com formações mais específicas.

Senti-me competente e com vontade de fato de atuar na área da "Vacinologia" na prática corrente, ciente que poderia fazer um bom trabalho na área da medicina privada com o mesmo rigor e competência que atuava na área científica.

A idéia ganhou nome, a PROPHYLAXIS, forma, estrutura, endereço e CGC. Para ela tracei metas claras que consistiam basicamente na prestação dos serviços de vacinação no mais alto nível técnico possível, com base no meu patrimônio intelectual exclusivamente e na minha formação acadêmica, caracterizados pela capacitação de identificar os produtos já disponíveis, eficazes e de uso corrente e a indicação do seu uso de forma adequada e rigorosa. Enfim, prestar um serviço de alto qualidade técnica à comunidade.

Sempre considerei este um direito meu de escolher e optar por novos caminhos. Considerei com igual seriedade que as novas escolhas precisavam obrigatoriamente ser compatibilizadas com os compromissos anteriores. Neste contexto, abri mão da vantagem da Dedicção Exclusiva (cópia anexa). Além desta ação formal, foi feita uma outra consulta ao Departamento de Recursos Humanos (Proc. no.) indagando quanto à possibilidade de participação societária na empresa, com resposta afirmativa por parte daquele setor. Em adição, pode parecer pueril, mas retrata a minha constante boa fé, fiz consultas informais à colegas mais experientes, alguns em cargo de direção, buscando orientação no sentido de pautar minhas ações dentro da maior correção possível, frente à grande dificuldade e não raras vezes morosidade ou opiniões conflitantes, na lida com as instâncias burocráticas e administrativas da Instituição, sem contar com a quase contínua mudança de pessoas e regras que regulamentam nossas questões funcionais.

A princípio tive sócios não médicos que contribuíram para questões ligadas mais às estruturas comercial e administrativa da PROPHYLAXIS. Após um tempo curto, ainda sem ter sido aberta, percebi que a sociedade inicial não correspondia as minhas expectativas, não falávamos a mesma língua e confesso que as questões comerciais com as quais não tinha muita familiaridade prática, dificultaram os entendimentos na primeira estrutura societária da empresa. Me defrontei também com algumas dificuldades inesperadas quanto à questão da aquisição das vacinas.

A minha proposta original incluía poder assegurar a qualidade técnica dos produtos com que a PROPHYLAXIS iria trabalhar e para isto é fundamental não só a escolha dos mesmos em termos de sua procedência, mas também a manutenção rigorosa da cadeia de frio para que sua eficácia fosse garantida e controlada.

Identifiquei os principais produtores de vacinas à nível mundial e comecei a estabelecer os contatos necessários para a aquisição das mesmas. Concluí rapidamente que a melhor forma de assegurar a manutenção da conservação das vacinas seria importar diretamente dos produtores dentro dos mais rigorosos critérios.

A PROPHYLAXIS foi então capacitada administrativamente para poder importar os produtos que iria comercializar. Todos os registros e procedimentos contábeis e fiscais junto à todos os órgãos públicos de direito, foram requeridos e obtidos de forma a prover à PROPHYLAXIS uma estrutura administrativa rigorosamente legal e competente. Quase um ano se passou na sua estruturação comercial e administrativa. A PROPHYLAXIS foi acarinhada e bem cuidada muito antes de nascer. Foi concebida e gerada da melhor forma possível com procedimentos por vezes onerosos mas sempre visando um futuro digno e produtivo. Assim eu me conduzi como cientista, como pessoa e como profissional em todas as áreas em que já atuei e não poderia de modo algum ser diferente, especialmente para a PROPHYLAXIS.

Os primeiros estoques foram adquiridos da empresa Pasteur Mérieux, ainda em 1991. Tive cuidados extremos em requerer todos os documentos de importação legal necessários para que quando as vacinas chegassem pudessem literalmente "sair do avião para a empresa". Assim foi feito, apesar do trabalho e custos. Em seguida, já para as

compras subsequentes, tomei conhecimento de que a Pasteur Merieux havia se instalado no Brasil e assim eu teria que adquirir as vacinas através de seu escritório brasileiro.

Acatei a proposta e, embora esta mudança de procedimentos encarecesse obviamente os produtos, decidi passar a comprar as vacinas da Pasteur Merieux no Brasil.

Entretanto, talvez porque a subsidiária brasileira estava recém implantada, me defrontei com episódios como os de entrega trocada de pedidos, os quais a Pasteur Merieux do Brasil gentilmente me atendeu e orientou no sentido de devolver as vacinas para sua substituição. Comecei, talvez pelo meu temperamento absolutamente rigoroso, a me sentir insegura diante destes episódios. Este vai e vem de vacinas não me agradou de forma alguma, pela questão essencialmente técnica anteriormente mencionada.

Cabe ressaltar que em nenhum momento a PROPHYLAXIS foi mal atendida ou foi prejudicada financeiramente e que até o presente continua comprando da Pasteur Merieux, não só pelo alto nível dos produtos, mas também porque ajustes operacionais internos foram feitos e estes episódios não se repetiram. Na verdade, como hoje a PROPHYLAXIS tem uma demanda bem maior do que no seu início, temos merecido por parte da Pasteur Merieux um tratamento diferenciado, atencioso e muito confiável.

Entretanto as turbulências iniciais, como relato acima, me fizeram retornar à proposta original no sentido de identificar empresas que quizessem e pudessem exportar diretamente para a PROPHYLAXIS.

Foi assim que os contatos com a BIOCINE foram feitos e a empresa italiana identificou a PROPHYLAXIS como um potencial representante no Brasil. A etapa inicial, legalmente obrigatória, era o registro de suas vacinas no Brasil, para o que a BIOCINE encarregou então a PROPHYLAXIS de dar andamento. No momento estes pedidos de registros estão em fase de análise técnica no INCQS de acordo com o decreto no.

Cabe ainda lembrar que a maioria dos produtos para os quais está sendo solicitado o registro junto ao Serviço Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil já são vendidos pela BIOCINE para o Governo Brasileiro há muitos anos, sendo portanto usados na rede pública e/ou em campanhas.

A PROPHYLAXIS apesar de empresa jovem e pequena, tem seu nome consolidado e largos horizontes. É respeitada e muito me orgulho de merecer a confiança da grande maioria dos colegas que nos confiam seus clientes e requisitam a orientação técnica da PROPHYLAXIS em questões ligadas à indicação de vacinas, calendário de vacinação etc. A PROPHYLAXIS, tem também um importante eixo de atuação na área de educação em saúde, junto aos pediatras, educadores, empresários e outros segmentos da iniciativa privada. PCV News.

Cabe finalmente relatar que da constituição Societária da PROPHYLAXIS fez parte, como acionista durante os últimos três anos, o Dr. Claudio Tadeu Daniel Ribeiro, com quem compartilhei todo o trabalho de "lançamento" da PROPHYLAXIS e a sua atuação

junto à comunidade médica e o público em geral, para que a empresa chegasse ao ponto em que esta hoje. Na verdade a entrada do Dr. Claudio Ribeiro se deu em Janeiro de 1992 e abrimos juntos as portas da PROPHYLAXIS.

A sua recente saída foi fruto de acordo e decisão conjuntas, dadas questões de ordem pessoal e interesses diversificados.

No sentido de dar maior clareza aos pontos do meu depoimento, passei a refletir sobre a cronologia dos fatos.

Quando e como é que tudo começou?

Sem dúvida alguma eu relaciono uma sensação de nítido "mal estar" para mim dentro da FIOCRUZ, com a eleição do Claudio para a Diretoria do Instituto. Logo após à sua posse, sofremos a 1a. agressão, que teve para mim duas mensagens claras: "a vingança será maligna" e o alvo, se possível, a Prophylaxis:

A Prophylaxis recebeu a hostil visita da fiscalização da Vigilância Sanitária! Isto não teria maior significado, se a equipe não tivesse vindo sob a liderança do Dr. Oscar Berro, a quem eu tinha como um amigo, e que, foi a primeira pessoa dentro da FIOCRUZ com quem conversei sobre as minhas idéias e a Prophylaxis e se este e a equipe não tivessem sido extremamente agressivos.

Eu não estava na Prophylaxis, como de hábito, visto que a minha preocupação sempre foi com o cumprimento de horário e produção na FIOCRUZ, no contexto de uma funcionária trabalhando em horário integral.

Nesta ocasião, por conta dos compromissos na FIOCRUZ, tínhamos uma administração profissional e o administrador, pessoa experiente na área empresarial soube lidar bem com os visitantes. O mesmo não foi verdade para as vacinadoras e demais funcionários da Prophylaxis, que dariam ricos depoimentos se aqui estivessem; lembram com detalhes, que contam até hoje, o jeito com que o "grandão" (Oscar Berro) vasculhava a geladeira, na tentativa de achar "alguma coisa".

Quando chegou à prateleira, na qual estavam as vacinas de Febre Amarela, que a Prophylaxis compra da FIOCRUZ, seus olhos brilharam: "aqui tem"! Mas não tinha! Nem lá, nem em outros lugares! A Prophylaxis Clínica de Vacinação é histericamente correta como costume definir! Não entra nem sai nenhuma vacina sem Nota Fiscal! Apresentamos aliás todas, as que foram requeridas pela Vigilância Sanitária Municipal, a qual compareci pessoalmente para cumprir as exigências. Isto tudo, repito, poderia já ter sido esquecido, se não fosse o fato de ter um colega da FIOCRUZ, envolvido e com tamanha ferocidade!

Ainda no 1o. semestre de 93, o Claudio recebeu a "sorradeira" e cordial visita do Dr. Mario Sayeg, querendo explicações sobre o fato dele escrever artigos em Revistas Pediátricas sobre vacinação contra o Haemophilus influenza tipo b.

O curioso é que embora co-autora dos artigos, eu nunca fui procurada para dar nenhum tipo de esclarecimento. Tudo sempre indicou que o "problema" não era comigo.

Ao Dr. Sayeg, entretanto, assim como aos fiscais, demos explicações detalhadas e tivemos o cuidado de falar (na verdade não devíamos explicações, muito menos eu, que não havia sido nem questionada) e documentar, nossas atividades na Prophylaxis, que justificam o nosso interesse por outras doenças que não só Malária ou Esquistossomose.

Quando procurei o Dr. Sayeg recentemente, já na vigência deste processo, ele não conseguiu se lembrar de nada. Nem que estivemos na sua casa (à convite), nem de nossas conversas, nem dos rasgados elogios que fez na época, à Prophylaxis.

Não lembrava também, o que tinha feito como dossier da Prophylaxis que cuidadosamente havíamos lhe entregado. Chegou a mencionar, que não iria se lembrar também daquela conversa telefônica! Mas eu me lembro bem!

Não tenho a menor dificuldade em identificar o material da Prophylaxis, constante às folhas 14 e 45 até 78 deste processo, como sendo aquele dossier que entregamos ao Dr. M.Sayeg. Os caminhos que o dossier percorreu, em mais de dois anos para chegar até aqui agora, permitem duas interrogações: Por que tanto interesse em guardar tão cuidadosamente o dossier a ponto do clip até enferrujar? Porque não nos questionaram antes sobre as possíveis incompatibilidades funcionais, já que está evidente e claramente posto, há pelo menos dois anos e meio, que sou no mínimo "interessada" na Prophylaxis. Porque não me pediram a Razão Social da Empresa até agora? Só que comigo nunca houve qualquer tipo de questionamento ou ameaça, até que, a Prophylaxis se apresentou como representante da Biocine, uma das grandes e mais respeitadas empresas produtoras de vacinas. Principalmente na vigência da confortável posição atual, de outra empresa concorrente que domina atualmente o mercado privado das vacinas para as quais pedi o registro junto à SVS do MS (como confirmou em seu depoimento o Sr. José Vicente de Souza).

Principalmente, quando o Sr. Félix Rosemberg é amigo pessoal desde 1971, do Presidente do Conselho da Empresa mencionada acima, como ele mesmo declarou em seu depoimento. Principalmente quando correm "sérios rumores" segundo os depoimentos do Dr. Coura e Dr. Paumgarten de que o mesmo Dr. F.Rosemberg, atual Diretor do INCQS, e autor das denúncias que nos trouxera até aqui, atuou junto à outras Instituições defendendo os interesses da mesma empresa.

Seguindo a cronologia mencionada, neste ponto acho que cheguei às denúncias que sofri, através D) dos Memos 065/95/INCQS/FIOCRUZ de 14/02/95 e 172/INCQS/FIOCRUZ de 19/04/95.

Ambos contem uma enxurrada de mentiras e calúnias, que agora após quase um mes de trabalho desta Comissão, já são mais fáceis de serem identificadas, principalmente se confrontadas com os depoimentos dos denunciantes.

Do 1o. memorando (065-95). A "leal" informação do zeloso servidor público, logo no 1o. parágrafo, onde se lê: "Informo-lhe grave à ética", denuncia o que se segue.

A aparente denúncia de uma suposta falta à ética institucional, não é nem de longe da competência do Sr. Félix, fato este que agora, depois de ouvirmos o seu depoimento, fica mais grotesco ainda.

Da mesma forma, deixa marcas evidentes de um incômodo que mal consegue disfarçar. A questão de eu exercer a função de Responsável Técnica da Prophylaxis e ser ao mesmo tempo sua Representante legal, não tem absolutamente nada de especial ou de causar estranheza em qualquer pessoa com um mínimo de familiaridade em questões empresariais na área médica ou similar.

E, se não fosse por um mínimo de cultura geral, que quando não disponível é facilmente alcançável (neste caso a dúvida se resolveria, com um par de perguntas ou consultas)! O estranhamento percebido no texto do memorando, ficou de fato comprovado, diante da confirmação do próprio Sr. Félix, que o fato de uma empresa do porte da Biocine ter escolhido a Prophylaxis para representá-la no Brasil, tinha sim lhe causado estranheza (para dizer o mínimo). Lembro, que estamos falando do Diretor do INCQS, que tem funções bem específicas de interface com empresas da área farmacêutica, de imunobiológicos e congêneres, e que portanto deveria ter um suficiente grau de embasamento específico para não ser pego de surpresa com questões deste tipo. Na verdade, o transtorno do Sr. Félix parece ter sido muito influenciado pelo impacto de ver adentrando o cenário de vacinas no Brasil, a Biocine!

No terceiro parágrafo do memorando datado de 14 de fevereiro de 1995, ele me qualifica funcionalmente com muita clareza, enquanto no seu depoimento afirmou que não sabia que eu era funcionária da FIOCRUZ, até o momento da primeira entrevista, em início de abril de 95. Afirmou que não se lembrava de datas, nem quando soube que eu era funcionária da FIOCRUZ, que não "se lembrava" da data da primeira entrevista nem se sabia ou não que eu exercia atividades no setor privado, naquela ocasião.

As confusões são tão evidentes e constrangedoras que prefiro dar o meu relato dos fatos. Gostaria somente de assinalar ainda um dos aspectos que mais me chamou a atenção no Memo 065/95, relativo aos comentários do 3o. e 5o. parágrafos, onde o Sr. Félix insiste na característica de "importadora" da Prophylaxis. Em nenhum momento tratou-se de importação, comercialização ou distribuição de vacinas pela Prophylaxis, mas tão somente da solicitação dos registros das vacinas da Biocine junto a Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde (SVS/MS) do Brasil. Ao INCQS cabe a emissão de parecer técnico sobre os produtos e condições de produção da empresa produtora, no âmbito da Portaria 109/93 da SVS/MS. Todas estas informações foram minuciosamente fornecidas ao INCQS, pela Biocine, através da Prophylaxis, quando solicitadas, no curso da análise técnica.

Quanto ao Memo 172/INCQS/FIOCRUZ, de 19/04/95:

No histórico que fiz da Prophylaxis, tentei colocar da forma mais objetiva possível a relação Prophylaxis-Biocine.

Quando da ocasião de submeter os processos de registro das vacinas em questão, junto à Secretaria de Vigilância Sanitária do MS, fiz questão absoluta de basicamente três pontos: 1) que os dossiers estivessem obviamente o melhor possível; 2) assinar e me responsabilizar pelos mesmos e 3) usar os serviços de um despachante, para não precisar passar "nem perto do INCQS" enquanto os processos lá estivessem.

Assim foi feito rigorosamente! O despachante deu entrada e protocolou os processos na SVS/MS em 12/12/94 e em janeiro de 1995.

Em final de fevereiro de 95 recebi a carta 011/GAB/INCQS/95 de 21/02/95, constante do processo na fl. 12, que foi a primeira notificação sobre o andamento dos processos, desde o momento de sua entrada na SVS/MS.

A única solicitação feita neste carta, que é datada de mais de um mês depois da entrada dos processos no INCQS, é a solicitação do Contrato Social da Prophylaxis e as alterações do mesmo. Achei estranho, já que não consta da Portaria 109/93/SVS/MS (am anexo) nenhuma menção à caracterização da empresa requerente dos registros, mas sim do produto e do produtor. Entretanto como não havia nenhum problema ou dificuldade em fornecer os documentos pedidos, tomei as providências necessárias e mandei.

Aqui gostaria de ressaltar que até o momento de receber a carta 011/GAB/INCQS/95, eu não havia tido nenhum contato pessoal com o INCQS.

Sempre através do despachante. Achei de novo estranho, que o INCQS, by passasse o despachante, caracterizado nos documentos (carimbo em todos os processos) e mandasse a correspondência dirigida à mim pessoalmente, na Prophylaxis.

Seria a mesma coisa como se hoje o Dr. Félix ou alguém da SVS, resolvesse se dirigir à Biocine e não à Prohylaxis que os representa no Brasil. Aliás, não só eu, mas tanto o despachante, que atua nesta área, achou tudo fora do habitual: pedir contrato social e não se dirigir à êle. Eu fiz questão de comunicar ao despachante, para evitar inclusive que ele se sentisse preterido por mim ou qualquer coisa, semelhante. Neste contexto, respondi em 13.03.95 através da carta PCV-04/95 e encaminhei ao INCQS o contrato e alterações contratuais da Prophylaxis, e o fiz através do despachante.

Isto está consignado pela assinatura de recebimento à direita em baixo, na minha cópia da carta (cópia anexa).

Assim, o despachante (o seu escritório no Rio de Janeiro) encaminhou os documentos para o INCQS. Em 13/03/95 recebi diretamente do INCQS de novo, a carta no. 015/INCQS (anexo), pedindo a mesma coisa que a anterior. Como eu já havia entregue

todos os documentos pedidos, achei que seria dispensável mandá-los de novo, mas fiquei na dúvida em relação à dois aspectos: 1) se deveria mandar a mesma coisa de novo (o que não teria problema algum); 2) e qual seria o significado daquelas mensagens, já que toda a situação começava a ficar esquisita demais, para eu não me manifestar.

Preocupava-me mais ainda o fato de vir incluído no parágrafo final das cartas a informação sobre o cancelamento sumário do processo, no caso do não recebimento dos documentos.

Cabe fazer um parêntesis, só para explicar como eu via esta história toda: todo mundo que circula no circuito da SVS em Brasília (neste "todo mundo" eu incluo despachantes consultados, a representantes do Pasteur-Merriex do Brasil, representantes e diretores da SKB do Brasil, a Biocine, na Itália, amigos aqui da FIOCRUZ que tem contatos em Brasília e todos com quantos eu falei e que conheciam ou tinham alguma experiência na área de registro de imunobiológicos no Brasil) foram unânimes em afirmar, com diferentes designações, que esta área, era extremamente "nebulosa". Ciente desta "nebulosidade" toda, eu, no alto da minha ingenuidade imperdoável, achei, que ao virem o nome de uma pessoa séria, etc.. etc.. fosse haver um certo constrangimento para manter a "nebulosidade" e que eu conseguisse tramitar os processos, de forma clara, transparente e na forma da lei. Para isto me esforcei ao máximo em cumprir a risca todas as exigências da Portaria específica que regulamenta os registros. Recusava-me e recuso-me ainda a entrar na área "conturbada e nebulosa". Mais do que recusar, tenho uma enorme vergonha, de ouvir com a maior naturalidade, dos franceses do Pasteur-Merriex, dos italianos da Biocine e de brasileiros do Vital Brasil, sobre estas questões. Achei que poderia ficar ao largo. Aliás, nunca imaginei, para ser franca, que as ramificações das "nuvens" chegassem à FIOCRUZ. Me incomodava muito, isto sim, a posição do INCQS, particularmente do Dr. Félix, que parecia estar no papel de "inocente útil" criando as necessárias dificuldades (e nada melhor do que o "intocável" órgão técnico da FIOCRUZ para exercer este papel), para que algum outro, pudesse prover com as "facilidades". De "inocente útil" aparentemente não há nada, principalmente nada de "inocente"! Quanto à ser "útil", aparentemente não é só a outros, mas à êle mesmo. Talvez, dentro do espírito do "diga-me com quem andas e dirte-ei quem és", esteja também servindo aos que o apoiam e sustentam no INCQS. Todos os depoimentos ouvidos até aqui, incluindo o do próprio Dr. Félix, atestam com riqueza e nuances diferentes as suas ligações espúrias e absolutamente inaceitáveis para um diretor do INCQS.

Este era o cenário que eu tinha diante de mim e resolvi timidamente, dar um telefonema para o INCQS, no sentido de saber, exclusivamente, se era necessário realmente que eu encaminhasse os mesmos documentos (razão social da Prophylaxis) duas vezes, e se já tinham recebido antes (já que eu havia mandado os documentos pelo despachante). Além disto seria uma forma de tentar entender se era só isto que queriam.

Cheguei a pensar que no contexto de pedirem documentos contratuais, talvez fosse mais coerente pedirem um documento comprobatório da autorização e delegação de poderes da Biocine para a Prophylaxis, visto que os registros solicitados são para produtos da Biocine. Mas depois fiquei sabendo quenada disto tinha importância.

No único telefonema, antes da 1a. reunião, que dei ao INCQS, para falar com o Dr. Félix, fui atendida sem problemas. É claro que o Dr. Félix me conhecia, sabia muito bem quem eu era, não fez nenhuma objeção à nada, foi até bem cordial no telefone, me disse que se eu já havia mandado os documentos pedidos, não precisava mandar de novo e que se eu quisesse, poderia marcar com a secretária dele, uma reunião pessoal.

Eu ainda argumentei, que na verdade só queria saber o que eu havia perguntado, mas achei melhor não me "fazer de rogada". Em absoluto, nem explícita nem implicitamente, nenhum indício houve, de que eu teria que me dirigir por escrito ao INCQS, para por exemplo, marcar reunião ou obter qualquer outra informação. Acho hoje, que neste telefonema ao qual me referi, fui literalmente atraída para ir lá pessoalmente. Liguei depois para a secretária dele (pedi que a minha secretária o fizesse, como de hábito) e fui lá sem problemas.

Os problemas e sérios, apareceram nesta reunião.

O Dr. Félix não estava mais, nada cordial. Chamou um assessor (o Sr. A.Carlos) que me parecia mais um "leão de chácara". Os dois estavam muito irritados e nervosos. Mas quem estava mais nervoso (quase descontrolado, à medida que a reunião prosseguiu) era o Dr. Félix. Sombrancelhas franzidas, arrogante, agressivo e ameaçador. Me senti intimidada e ameaçada com as perguntas tanto no seu teor quanto na sua forma. Como o que eu queria saber, eu já tinha sabido pelo telefone, percebi que o Félix havia sugerido a minha ida lá, para extrair de mim informações.

Ouvi perguntas (bombardeadas quase que alternadamente pelos dois): Você sabe o que é a Biocine? O que é a Prophylaxis? Como é que estão com a Biocine? Você sabe o que isto representa? Você sabe o que é que você está pleiteando?

Não me interessa ver a sua autorização da Biocine! Para mim e para o Brasil os donos dos produtos aqui, são vocês da Prophylaxis. Aliás as caixas terão que vir com o nome da Prophylaxis. Será assim: "vacina anti-sarampo Prophylaxis"! Quem registra é que é o dono! Você tem idéia do que é isto? Quem são vocês? Tem galpão refrigerado? Tem caminhões frigoríficos? Como é que vocês vão importar? Onde é o depósito de vocês?

Eu não sou nem medrosa, nem nada parecido, mas confesso que fui ficando cada vez mais lacônica e espantada com o que estava percebendo. Tentei não falar muito, até porque, o que estava em questão eram os aspectos dos registros e não qualquer comercialização.

Achei por bem, naquele momento, que mais parecia uma sessão de tortura, falar o mínimo. Pensei em me assessorar juridicamente primeiro, para saber o que poderia e/ou deveria falar. Me limitei a dizer que a minha tarefa era técnica, de supervisionar os dossiers e que eu estava assessorando a Biocine, neste contexto, pela minha capacitação técnica nesta área.

Eu disse que a minha preocupação era só esta e que as questões de distribuição e comercialização dos produtos eram relativas à outras etapas posteriores aos registros. A tentativa de me intimidar era tanta, que a certa altura, quando eu tentava encerrar a conversa, houve o lance do cigarro. Perguntei se poderia fumar e retirei o meu maço da bolsa, colocando-o sobre a mesa do Dr. Félix. "É este o cigarro que você fuma?" Eu burramente achei que êle queria um. Eu fumo cigarro mentolado que não é muito fácil de achar e de repente senti um vislumbre de descontração (pensei que êle também fumasse o mesmo, sei lá, quizesse um ...) e ofereci ao Dr. Félix um cigarro na mais estúpida ingenuidade! A resposta veio como um raio: "Não, não quero não! Só perguntei se era esta sua marca de cigarro porque assim sei o que te levar na prisão!" Apesar do tom agressivo e surpreendente da reunião toda (foi curta, acho que não mais de 20 min.) percebi que bastava! Tratei de me levantar imediatamente e dar por encerrada a entrevista!

Relatei o melhor que pude o teor da reunião ao pessoal administrativo da Prophylaxis e achamos por bem marcar outra reunião à qual eu compareceria acompanhada, no sentido de ter uma testemunha e talvez uma argumentação comercial pertinente, que de fato não é a minha área de atuação.

Esta 2a. reunião, tive então dificuldades em agendar. Pedi a entrevista para a secretária que me retornou marcando para um dia e hora para os quais eu já havia assumido anteriormente o compromisso de dar uma aula (no Instituto de Bioquímica da UFRJ). Tentei então compatibilizar os horários e foi meio difícil por que ora o Dr. Félix não estava, ora estava em Brasília, ou em outras viagens. A minha preocupação era não parecer que o impedimento fosse meu. Até para o mesmo dia, em outro horário, eu poderia. E, foi isto que eu tentei deixar bem claro! Foi então depois de idas e vindas de telefonemas (êles me retornaram várias vezes as ligações) que foi agendada a 2a. reunião. Nesta, acompanhada por pessoa com experiência empresarial, as coisas foram mais fáceis para mim. Entretanto, o tom era o mesmo.

Lembro-me bem de que ao me cumprimentar, o Dr. Félix estava com a mão excessivamente gelada. O nervosismo, a irritação e a agressividade eram evidentes. Foi então falado por eles que eu não podia me dirigir pessoalmente ao Félix, porque nós éramos da FIOCRUZ: um dos sócios era o Diretor do IOC, e eu, uma Chefe de Departamento. Ao contrário do que diz o Memo 172 do INCQS, não houve nem isenção nem tampouco orientações técnicas, previstas na norma para obtenção anexo de registros junto ao INCQS.

Quando recebi os memorandos em questão, já na vigência da presente situação a primeira pergunta que me fiz foi: O que, ou quem está por trás disto tudo? Era claro, a esta altura, ainda mais para mim que participei dos encontros pessoais com o Dr. Félix, que interesses muito pesados davam suporte à toda a questão. Eu já não achava mais, que as questões pudessem estar ligadas à barreiras políticas com o Claudio. Certamente agora o jogo parecia muito diferente daquela sensação de "mal estar" que descrevo no início deste depoimento. Esta deveria ser a tal "briga de cachorro grande" da qual tanto me falavam!

Tive que deixar de lado a minha revolta, mágoa etc. para encarar a situação com a seriedade e cuidados que ela exige. É o que estou fazendo! Como eu não sabia exatamente o que estava por trás disto tudo, em muitos momentos me senti realmente ameaçada.

Depois que começou a ficar evidente no curso das atividades desta Comissão que as forças motoras destas acusações estão relacionadas aos interesses do Pasteur-Merriex (embora eu tenha indícios de que outros grupos estejam se aproveitando da situação) comecei a me sentir mais situada e com melhores condições de analisar os acontecimentos.

Neste contexto, menciono que os recortes das notícias de jornal, que veicularam todas as informações (ver anexos) que deveriam ser sigilosos, foram mandados para anexos a Biocine, evidentemente por instâncias interessadas em interferir nos processos (cópia em anexo do fax que recebi da Biocine).

Estes movimentos ilustram em parte a gravidade da questão, tão mal administrada pela FIOCRUZ.

Lembro ainda, que na verdade, parte dos problemas, como por exemplo este processo e seus desdobramentos lesivos e escandalosos, só estão ocorrendo porque pessoas conhecidas da Diretoria do INCQS, mas sem nenhum vínculo de amizade com seu Diretor que o levasse a se interessar ou se empenhar no seu andamento, requeram o registro de vacinas no Brasil e levaram o Dr. Félix a reagir no sentido oposto, nitidamente complicador ao andamento dos mesmos.

II) Quanto às acusações que sofri do Presidente da FIOCRUZ, através das consultas feitas aos juristas e relativas ao "acesso à informações privilegiadas na área de tecnologia em vacinas da FIOCRUZ e o seu potencial repasse para a empresa Biocine". Se houvessem tais informações ou tecnologias roubáveis, ainda assim seria muito alucinado pensar-se que uma empresa como a Biocine fosse se utilizar de expedientes deste tipo junto à uma Instituição Governamental, do Brasil. Só muita distorção ou ignorância permitem uma formulação de tal ordem. Na verdade qualquer multinacional de porte que pretendesse este tipo de trânsito, não precisaria nem estabelecer vínculos formais, como a representação concedida pela Biocine, à Prophylaxis. Um simples acordo paralelo, de consultoria, resolveria .

Neste contexto literalmente, qualquer pesquisador aqui dentro, e quanto mais poder tivesse, mais fácil seria, poderia exercer este tipo de atividade com inúmeras empresas com as quais se relacionam, como por exemplo, as empresas fornecedoras de materiais e reagentes (multinacionais na maior parte das vezes), que comercializam e se interessam por informações tecnológicas.

Que eu saiba, todos os pesquisadores, com certa independência e liderança de projetos, fazem contatos constantes com empresas nacionais e estrangeiras produtoras de materiais, equipamentos, acessórios, reagentes, kits, etc. Será que alguém já questionou isto antes? Esta é a quação mais absurda e maligna levantada neste processo!

Quanto mais reflito no assunto, mais me dou conta da sua ferocidade e gravidade.

Entretanto, faço questão de responder especificamente:

Infelizmente, a FIOCRUZ detém muito pouca tecnologia própria na área de vacinas e imunobiológicos. Eu sinceramente acho isto lamentável! No meu caso, dada à minha contribuição com o desenvolvimento do antígeno Sm14 para a vacinação contra a Esquistossomose e Fasciolose, convivi recentemente bem de perto com a área de "desenvolvimento tecnológico" da FIOCRUZ. A maior parte das pessoas envolvidas, salvo algumas honrosas exceções não tem experiência prévia e praticamente nenhuma noção nestas questões. Entretanto, apesar do meu enorme esforço em respaldar o setor o melhor possível, objetivando a redação de pedidos de patentes sólidas para o Sm14, é nítida a preocupação maior que prepondera no setor, no sentido de roubos, desvios, etc. Atiram em todas as direções indiscriminadamente, ofendendo as pessoas envolvidas e comprometendo seriamente a eficiência dos procedimentos, que no nosso caso são de custo elevado (talvez mais do que o necessário) para a FIOCRUZ.

Nas negociações com a CSL, iniciadas por mim, através da conversa inicial com o Dr. G. Mitchell, relatada anteriormente, as atitudes descabidas foram tão óbvias, que geraram um comentário recente, o qual espero, não reflita uma condição relevante capaz de realmente prejudicar o contrato e a futura possível colaboração. Anexo à presente, cópia da carta do Dr. Slaughter, atual interlocutor da CSL com a FIOCRUZ, que manifestou claramente o seu constrangimento com as atitudes percebidas da FIOCRUZ. Ver quarto parágrafo da carta anexa de 25 de agosto de 1995.

Objetivando uma fundamentação formal da questão, tomarei por base o último Catálogo de Capacitação Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz, lançado em abril de 1995.

Nas folhas 31, 32, 33, e 34 da versão em português e folhas 83, 84, 85 e 86 (versão de língua inglesa), o catálogo informa sobre 06 (seis) vacinas, a saber:

1) vacina anti-meningocócica A e C: Tecnologia francesa, embora o catálogo não mencione, repassada para a FIOCRUZ na década de 70, tecnologia antiga de amplo domínio das principais multinacionais produtoras de vacinas, incluindo-se aqui, a Biocine.

2) vacina oral trivalente contra Poliomielite: No quarto parágrafo, lê-se: "A vacina é formulada utilizando-se concentrado viral importado". Portanto não é tecnologia da FIOCRUZ, além de ser tecnologia de conhecimento amplo. No caso da Biocine, esclareço que a vacina oral anti-poliomielite, é a vacina que a empresa mais vende atualmente, a nível mundial, inclusive para o governo brasileiro. Documento em anexo.

3) vacina contra o Sarampo: No quarto parágrafo lê-se: "Tecnologia de produção transferida pelo Instituto Biken do Japão, com produção inteiramente dominada e rotinizada". Valem as mesmas observações feitas acima.

4) vacina contra Febre Amarela: Esta sim, é, que eu tenha conhecimento a primeira e única vacina, até hoje desenvolvida e produzida pela FIOCRUZ, desde o início do século. É quase um acervo da Instituição, desde a época de Oswaldo Cruz. É usada pelo Ministério da Saúde do Brasil na vacinação de viajantes (Serviço de Saúde dos Portos). O interesse nesta vacina é restrito aos países endêmicos e viajantes. Não é do interesse da maioria das multinacionais, devido à sua característica específica e de mercado restrito. A Pasteur Merrieux também produz. Apesar do interesse em produzir esta vacina, ser restrito, em termos dos grandes produtores de vacina, o seu mercado, inclui os países da África onde a Febre Amarela, é também endêmica.

Neste contexto tive a oportunidade de encaminhar para Bio-Manguinhos, um distribuidor da África do Sul, a quem conheci pessoalmente e que, me relatou ter interesse em comprar da FIOCRUZ, sem que conseguisse resposta para suas solicitações. Anexo cópia de carta que recebi.

Esta tem sido a minha posição, durante toda a minha vida funcional. Produzi e sempre que pude, tentei e tento defender os interesses da Instituição. Lamento, que os recursos e tempo da atual administração, sejam empregados em processos da natureza deste, ao invés de tornar a Instituição mais produtiva e rentável!

5) desenvolvimento de vacinas contra Flavivirus: É ainda um projeto de pesquisa objetivando melhorias tecnológicas para a vacina de Febre Amarela e correlatas, como a Dengue. Valem aqui os comentários sobre mercados específicos e interesse restrito de outras empresas.

6) desenvolvimento de vacina contra a Infecção pelo *Schistosoma mansoni* : Corresponde ao meu projeto. Sobre isto já falei no histórico sobre minha vida profissional e funcional na FIOCRUZ.

Resumindo: Das seis vacinas listadas, como CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA DA FIOCRUZ EM VACINAS, três (anti-meningocócica, sarampo e polio) são com tecnologia importada. A 4a. e 5a. são relativas à vacina de Febre Amarela, a primeira vacina feita pela FIOCRUZ, na época de Oswaldo Cruz e a 6a., corresponde à minha contribuição para a Instituição. Ainda não é um produto, mas posso assegurar que a tecnologia e desenvolvimento científicos foram fruto do trabalho do meu laboratório e alguns colaboradores. Me orgulho muito disto, e reforço que como atestam documentos em anexo, não só contribuí cientificamente, mas também politicamente para perspectivas futuras. Acho sinceramente que tanto o Comitê de Vacinas contra Esquistossomose da OMS, quanto a Companhia Australiana CSL muito se espantariam e escandalizariam se soubessem do tipo de processo e acusações que estou sofrendo da própria FIOCRUZ!

Finalmente, gostaria de relatar, que em conversa informal com um diretor de uma importante empresa multinacional, produtora de vacinas, que solicitou registro no Brasil para uma vacina de sua propriedade, hovi o comentário, de que as "exigências técnicas" e informações sobre processos de produção solicitadas pelo INCQS, foram tão absurdas e descabidas, que a empresa levantou a hipótese de tentativa de absorção de sua tecnologia, pelo INCQS! É esta a nossa imagem externa neste setor.

O depoimento do Sr. José Vicente, deixa clara a exorbitância e "atropelos operacionais" do INCQS, nas suas funções de análises técnicas para fins de registros de produtos. Apesar de cauteloso, o experiente Sr., foi bem claro nestas questões também.

Quanto a conduta pessoal do Dr. Carlos Morel, Presidente da FIOCRUZ, devo informar, que no mesmo dia em que recebi o "convite" para comparecer à Comissão de Ética (em 28/07/95) recebi também um chamado telefônico (através da minha secretária) para comparecer ao Gabinete da Presidência. Naquela ocasião, o Dr. Morel, dizendo-se pesaroso com a situação, tentou me dar algum tipo de esclarecimento sobre as ações da FIOCRUZ contra mim. Indignada, respondi que não aceitava falar com êle sobre nada, que não fosse exclusivamente sobre o meu trabalho e produção na Instituição.

Cerca de dez dias após, depois do escândalo na imprensa e de tomar conhecimento do teor dos memorandos do Dr. Félix, como relatei anteriormente, me dei conta da seriedade e gravidade das questões que poderiam estar na base disto tudo.

De novo, com a maior boa fé e melhor das intenções, por achar talvez, questões específicas, sobre registros de vacinas no Brasil, não fossem do conhecimento da Presidência, procurei eu o Dr. Morel. Ao ser recebida em seu Gabinete, falei que o meu objetivo era saber se êle ainda tinha algo para me falar, já que eu não tinha aceitado conversar quando êle havia tomado esta iniciativa anteriormente. Êle concordou, e se dizendo muito constrangido e contrariado com o andamento da situação, me falou chorando sobre a sua grande mágoa em "ter tido que me envolver" naquela situação! Falou que achava que a minha situação pessoal era muito mais simples do que a do Claudio e que seria facilmente administrável.

Acreditei na sua sinceridade (não no teor do discurso), e preocupada em que talvez êle tivesse deflagrado o processo sem amplo conhecimento das questões, fiz questão de esclarecer toda a minha posição (do ponto de vista funcional) e ainda alertá-lo para possíveis manobras de grupos interessados em dificultar os registros de produtos da Biocine no Brasil.

Fiz questão de contar tudo o que eu sabia, visto estar realmente preocupada com um possível envolvimento da Presidência, de forma análoga ao que eu percebia que estava ocorrendo comigo.

Tanto nesta ocasião quanto em contatos posteriores pessoais e através de recados, para mim e para uma pessoa muito amiga (parente meu), foi passada a mensagem clara, de que o meu grau de envolvimento era absolutamente menos grave. Ledo engano! De novo vi a minha boa fé ser quase que ridicularizada frente ao mesmo discurso feito ao Claudio e principalmente ao teor e requinte de má fé das consultas jurídicas feitas pela Presidência.

O professor Nelson de Moraes, titular da cadeira de Medicina Social da UERJ, falecido há pouco tempo, e de quem tive a honra de merecer o respeito e amizade, costumava dizer que devia à perseguição sofrida por ele, pelo ex-ministro Rocha Lagoa, o sucesso da Climuno que é a mais antiga e importante Clínica de Vacinação privada no Rio de Janeiro e da qual foi fundador.

Acho que este episódio, está me facilitando definir prioridades, e é bem possível que tenha decisiva influência no futuro da Prophylaxis. Mas, sinceramente eu preferia não ter passado por isto.

Eu sinto uma profunda vergonha desta Instituição a qual sempre defendi e da qual sempre me orgulhei! Não adianta querermos "tapar o sol com a peneira"! Tentar usar um procedimento absolutamente regular, quase pueril e cauteloso da minha parte, para criar uma cortina de fumaça e tentar disfarçar uma escancarada corrupção.

Envergonho-me igualmente de amigos, alguns de muitos anos, que, como membros do Conselho Deliberativo da FIOCRUZ, o qual deveriam honrar e respeitar para fazer merecer o status de administração quase autônoma à qual queríamos nos credibilizar, tiveram a coragem de em carta aberta à comunidade de Manguinhos endossar as ações da Presidência no sentido de haver "indícios de possível transgressão ética e disciplinar".

Será que agora está ficando mais claro, meus amigos, de onde vem estas transgressões? Será que todos ou alguns também estão defendendo seus interesses pessoais? Ou será que foi tão somente uma demonstração explícita de total incapacidade para dirigir uma instituição como a FIOCRUZ?

Sinceramente, é no mínimo constrangedor, ouvir dos representantes das empresas estrangeiras, opiniões tão firmes e familiares da forma com que vêm e lidam com o INCQS ou mesmo a Secretaria de Vigilância Sanitária em Brasília. Todo mundo sabe como proceder aqui e ali, só nós teimamos em nos enganar. Não adianta passarmos por Instituição exemplar perante instâncias como a OMS, e, simultaneamente pretendermos desconhecer ou ignorar as prósperas e delicadas áreas por onde o saneamento básico ainda não passou.

Eu sei que não me cabe o direito de acusar, nem eu o estou fazendo, mas tão somente o de me defender.

Mas, muito me agrada que, na contrapartida deste episódio de sofrimento e desgaste pessoal que estamos passando, pudesse estar o início de uma fase mais digna nas instâncias institucionais envolvidas neste processo.